

Agente Fiscal



DELEGACIA DO
UNAFISCO SINDICAL
NO RIO DE JANEIRO

Ano I • nº. 8
Outubro 2002

Rua Debret, 23, salas 401/405 – Centro – CEP 20030-080 – Rio de Janeiro/RJ



Fortalecimento da aduana é compromisso de todos os candidatos

Os Auditores-Fiscais da Receita Federal realizaram, em São Paulo, um seminário com as assessorias para tributação dos quatro principais candidatos à presidência. O debate mostra que, se depender do programa de governo dos pre-

tendentes, dias melhores virão para a Receita Federal. As propostas têm diferenças significativas, mas todos garantem: o país precisa fortalecer a fiscalização nas fronteiras para crescer e tornar-se mais seguro. **Págs. 4 e 5**

CONAF em BH

O Unafisco Sindical realiza, entre os dias 13 e 19 de outubro, o VIII Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, onde serão definidas as diretrizes do sindicato para os próximos dois anos. Pelo número de teses apresentadas, pode-se esperar muita polêmica: 144, contando-se as propostas de alterações estatutárias. **Pág. 3**

Editorial

Eleições: o Mínimo Denominador Comum

Encarte

O Agente Fiscal publica um encarte com uma avaliação do plebiscito da ALCA e um resumo da visita que Ignácio Ramonet, diretor do jornal francês Le Monde Diplomatic, fez ao Rio de Janeiro.

DRJ: processos estão novamente de férias

Administração da Receita decide despachar processos para outros estados, de novo.

Eleições: o Mínimo Denominador Comum

As eleições no Brasil são reiteradamente qualificadas pelos meios de comunicação, pelos partidos, candidatos e eleitores como a *Festa da Democracia*. Há que se desconfiar. Não deveríamos ter já internalizado o processo eleitoral como parte do exercício natural da cidadania? Aos olhares menos atentos, a *Grande Festa* vem tornando-se sinônimo de democracia. Mas esta, a democracia, é a finalidade; e as eleições, premissa indispensável. A nossa casa precisa ter fortes alicerces, mas ninguém quer morar nos alicerces.

Nós, os eleitores, precisamos votar mais pensando no país do que nas próprias eleições. Via mídia, somos instigados a uma escolha pautada em atributos circunstanciais, como votar nos candidatos com melhor campanha, naqueles que mostraram-se mais desinibido nos debates ou que exibiram os programas de TV mais bem afinados, ou afiadíssimos, como queiram.

Outra tentação é acreditar que o projeto vencedor em outubro tomará então seu rumo, e, enquanto cuidamos do particular — trabalhar, consumir, cuidar das crianças e reclamar —, o governo fará tudo mais funcionar.

Em outubro, serão tomadas basicamente duas decisões: a primeira é se interessa ao Brasil manter os rumos traçados pelo atual governo, que tem candidato à sucessão; a segunda é, em caso de predisposição a transformações, es-

colher o representante mais apropriado para o que se pretende.

Há urgência em combater a ideologia que advoga a eleição como um Instante Mágico. Precisamos transformá-la em um Mínimo Denominador Comum, usual ponto de partida para que todos empreendam em favor de construir efetivamente o que for ditado pelas urnas.

Somente no fim do período determinado, o mandato, ao serem conferidos os ganhos humanos advindos das decisões tomadas no dia da eleição, é que saberíamos quem venceu.

O AGENTE FISCAL PÚBLICA na página 7 matéria sobre as eleições legislativas, tão importantes para o país quanto as do executivo. Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas compõem poderes influentes da república, mas a escolha de seus representantes não tem merecido a atenção devida, talvez por não carregar a fleuma de eleger um Presidente, talvez porque não interesse aos poderes tradicionais alterar qualitativamente a composição das Casas, que não têm primado ultimamente pela excelência de seus ocupantes.

NOTA: AS PERGUNTAS ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva foram formuladas pelo jornalista João Costa, que trabalhou no Unafisco Sindical/RJ até abril deste ano. Registre-se o crédito à matéria publicada no número anterior.

“Em janeiro deste ano faleceu a colega Maria Inês Torres de Castro. Esta colega, mentora intelectual de muitas lutas na defesa das prerrogativas de nossa carreira, me deu o prazer de ser seu amigo desde que ingressamos no serviço público, lá pelos idos de 1981. Excelente fiscal, auditora, excelente amiga, excelente mãe, dedicou-se profundamente ao trabalho e a criação de sua família. Mas elogiá-la não é novidade no meu trato tanto com os amigos quanto com os estranhos e relembra-la e entender necessária esta correspondência é motivada pela manchete de folhas 7 desta publicação onde é indicado ser falta grave cometer atribuições exclusivas de auditores fiscais a terceiros. Quanta lembrança do programa Monitoramento iniciado pela 7ª RF, eivado de ilegalidades e que mereceu da colega com outros colegas ainda vivos atitudes de violento repúdio, chegando a apresentar notícia crime junto a Ilustre Procuradoria da República. A este tempo trabalhamos sem qualquer apoio de qualquer órgão de defesa da categoria. Faltava Inês, mas os problemas continuam. Que Deus te abençoe!”

Luiz Caruso

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** — Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Pedro Delarue Tolentino Filho. **Secretário-Geral:** Aélcio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** Armando Domingos Barcellos Sampaio. **2º Sec. de Finanças:** Antonio Pedro Perez Alves de Faria. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Ana Mary da Costa Lino Carneiro. **Sec. de Defesa Profissional:** Nelson dos Santos Barbosa. **Sec. de Atividades Especiais:** José Carlos Sabino Alves. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Álvaro de Lima Veiga. **Cons. Fiscal:** Bernadete da Pena e Silva; Paulo Fernandes Bouças; Vera Tereza Balieiro A. da Costa. **Suplentes:** Ney Roberto Luiz Coelho; Fernando Moretzsohn de Andrade; José Afonso Silva Ramos. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Pedro Delarue, Aélcio dos Santos, José Carlos S. Alves, Andréa Millan, Ney Coelho e Marcelo Ficher. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Projeto Gráfico/Diagramação:** Andrei Bastos. **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito:** Quadratim. **Impressão:** Gráfica Concord. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 — salas 401/405 — Centro. CEP 20030-080. **Fone:** 21-2262.3827/2220.6782(fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

“Justiça tributária ainda que tardia”

O VIII Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal - CONAF-2002, será realizado em Belo Horizonte/MG, nos dias 13 a 19 de outubro, e terá como tema: “Por um novo pacto tributário capaz de garantir a justiça fiscal”. As inscrições para teses foram encerradas no dia 16 de setembro. No total foram inscritas 144 teses e propostas de alterações estatutárias, sendo 26 do Rio de Janeiro.

Uma Assembléia Nacional foi convocada para o dia 1º de outubro para a aprovação das teses e propostas a serem levadas ao Conaf e para a eleição dos delegados. Em cada estado, serão consideradas inscritas no Congresso as teses que forem aprovadas em, pelo menos, uma assembléia local, ou que sejam subscritas por no mínimo cinquenta associados. Já as propostas de alteração estatutária deverão ser aprovadas por pelo menos 10 assembléias locais para então se-



rem apresentadas em Belo Horizonte. As alterações estatutárias aprovadas no Conaf terão validade apenas após as próximas eleições do sindicato.

São esperados cerca de 300 Auditores-Fiscais em Belo Horizonte. Com tantas teses e propostas de alteração estatutária, o Conaf promete discussões acaloradas sobre os mais diversos temas, que vão desde relações internacionais até os mais ‘íntimos’ à categoria, como impostos e administração tributária.

Alerj homenageia Ana Mary

A Diretora para Assuntos Jurídicos do Unafisco Sindical no Rio de Janeiro, Ana Mary Costa Lino Carneiro, recebeu das mãos da deputada estadual Heloneida Studart o Título de Cidadã Honorária do Estado do Rio de Janeiro, por relevantes serviços prestados às causas dos Direitos Humanos. Ana Mary é Conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB e do Conselho Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

A cerimônia foi realizada no Auditório da Delegacia Sindical/RJ e contou com as presenças na mesa do presidente do Unafisco no Rio de Janeiro, Alexandre Teixeira, do coordenador do Comitê-Rio do Fórum Social Mundial, Luiz Mário Benhken, do irmão da homenageada, Ivan da Costa Lino, que agradeceu o convite para participar da cerimônia e parabenizou a irmã pela homenagem. Heloneida Studart, a quem coube a iniciativa da concessão do Título, destacou a luta de Ana Mary em defesa dos Direitos Humanos e da Soberania Nacional. Alexandre Teixeira lembrou que tudo que Ana Mary faz é com muito coração e muita paixão. Para ele, é isto o que propulsiona esse vigor com que ela se dedica a tantas frentes de luta. “É um exemplo não apenas para os aposentados, mas para todos nós” — con-



ANA MARY recebe das mãos de Heloneida Studart sua justa homenagem

cluiu. Luiz Mário, companheiro de Ana Mary no Comitê-Rio do FSM em mais uma frente de luta, ressaltou a presença de toda a família na homenagem, “sinal de que ela encontra tempo para ser tão boa mãe e avó, quanto é militante”. Após a entrega do diploma, os convidados participaram de um coquetel oferecido pelo sindicato.

Informe jurídico

Reunião discute GDAT integral

Uma reunião sobre a conjuntura na reivindicação da Gratificação por Desempenho de Atividade Tributária (GDAT) integral para os aposentados e pensionistas foi realizada no Unafisco Sindical do Rio de Janeiro no início de setembro. Inicialmente, dois auditores-fiscais fizeram uma exposição de seus estudos sobre o tema e apresentaram suas propostas visando acelerar a apreciação da matéria no STF, que foram debatidas. Os documentos estão disponíveis para consulta na sede do sindicato ou no site www.unafisco-rj.org.br.

Em resumo, a proposta consiste em encomendar um parecer jurídico para avaliar as reais possibilidades de sucesso de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) junto ao Superior Tribunal Federal (STF), visando acelerar a apreciação do direito da GDAT integral para os aposentados e pensionistas. As propostas e os pressupostos do Estudo foram longamente debatidos.

Visto que a reunião não tinha caráter deliberativo, foi acertada a convocação de uma assembléia local, a princípio marcada para dia 25/09, e a vinda do diretor jurídico da DEN, Tadeu Matosinho, para discutir com a diretoria da DS/RJ e com os autores do trabalho. No dia 11/09, Matosinho esteve no Rio, junto com a assessora jurídica Cristina. Eles elogiaram a iniciativa, comentaram alguns pontos e comprometeram-se a discutir em reunião de diretoria da DEN, nos dias 19 e 20, a contratação de parecer de um jurista, considerada como etapa inicial. Posteriormente, toda a categoria será convocada em assembléia nacional para discutir o assunto. Em virtude do encaminhamento sugerido pelo diretor jurídico, a assembléia local do dia 25/09 foi desmarcada, visto que não haveria como avançar a discussão antes do parecer jurídico.

Unafisco Sindical debate tributação

O Unafisco Nacional realizou, no dia 18/09, no Hotel Hilton, em São Paulo o Seminário “Reforma Tributária”, com a presença de representantes das principais candidaturas à presidência da república. Cerca de 100 Auditores-Fiscais da Receita Federal de diversos estados participaram da iniciativa. Auditores-Fiscais e diretores da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro prestigiaram o seminário.

Na abertura, o presidente do Unafisco Sindical de São Paulo, Marcelo Escobar, foi direto ao ponto: depois das medidas adotadas pelo atual governo nos últimos 8 anos, 80% das mercadorias que entram no país não recebem qualquer fiscalização. Segundo ele, o crime se organiza quando a Receita se desorganiza, numa referência às brechas que a fragilização da aduana brasileira oferece aos contrabandistas e traficantes. “O Leão virou um Gatinho de Pelúcia” — concluiu Escobar.

Em seguida, o presidente do Unafisco Nacional, Paulo Gil Introíni, aprofundou as críticas, com referências aos pontos da política tributária do governo federal que levaram à situação crítica apontada na abertura. “Nos últimos anos houve uma grande alteração do perfil da arrecadação, uma reforma tributária silenciosa, sorrateira” — afirmou Paulo Gil, citando como exemplos a diminuição da progressividade e o congelamento da tabela do Imposto de Renda, a alteração na fórmula de cálculo do ITR e a desoneração do capital financeiro, além das renúncias fiscais, que somente em 1998 tiraram 11,2 bilhões da arrecadação federal, entre outras mudanças, todas para pior.

PC FARIAS ESTARIA LIVRE, SEGUNDO AS NOVAS LEIS

Um dos momentos que provocaram manifestação do público foi quando Paulo Gil para descrever mudanças nos procedimentos de fiscalização disse que, se fosse hoje, PC Farias, o tesoureiro do ex-presidente Collor de Mello, estaria livre. “Se fosse hoje, com o Mandado de Procedimento Fiscal, os auditores-fiscais não poderiam tomar a iniciativa de iniciar a fiscalização. Se fosse fiscalizado, somente após o término do processo administrativo, se poderia encaminhar o processo para o Ministério Público. Caso PC Farias pagasse seus débitos antes da denúncia do juiz, estaria livre de qualquer sanção. E, se não quisesse pagar, poderia entrar no REFIS”. A platéia riu, de nervoso. A média de prazo para pagamento dos débitos através do REFIS é de 110 anos, mas há casos de empresas que financiaram débitos para pagar até o século 37.

OS NÚMEROS NÃO MENTEM

A apresentação da Auditora-Fiscal Clair Hickmann mostrou detalhadamente como a administração da Receita Federal operou a política tributária nos últimos oito anos, construindo uma situação incrivelmente perversa: hoje, relativamente, o trabalho paga muito mais imposto do que o capital e os pobres pa-



gam muito mais impostos do que ricos, devido ao peso da incidência em cada setor da economia: foram majorados os impostos indiretos — incidindo sobre preços — e o IRPF Trabalho. Em contrapartida, a carga sobre o capital e a propriedade foi aliviada. A distorção inibiu o consumo e atrofiou o desenvolvimento da economia, que cresceu menos nos anos 90 do que na anterior, chamada de a Década Perdida.

QUEM FINANCIA O ESTADO BRASILEIRO? QUEM?



Mário Tinoco

A pergunta acima foi apresentada aos assessores dos presidencialistas como a questão principal a ser respondida na apresentação das propostas dos candidatos para a política tributária do país. Pela ordem do sorteio, o primeiro a falar foi o economista Mario Tinoco, que também é Auditor-Fiscal da Receita Federal aposentado, assessor do candidato Anthony Garotinho, do PSB. Os princípios básicos da proposta de Garotinho são constituir Sistema Tributário neutro e o mais justo possível e que seja simples e fácil de fiscalizar. O programa do candidato também prevê a redução nominal da carga tributária e um novo pacto federativo, com discussão inclusive do lado da despesa. Mario Tinoco disse que Garotinho acredita que foi feita uma ampla Reforma Tributária, mas de forma perversa. De um modo geral, o assessor concordou com o diagnóstico apresentado pelo Unafisco.

Segundo Mario Tinoco, as propostas de Garotinho passam por uma “mudança radical no modelo econômico, mudanças no Sistema Tributário e na administração tributária”, o que incluiria a volta de muitos procedimentos como eram em 1995, antes portanto das mo-

dificações introduzidas pelo atual governo, e a adoção do IVA — Imposto sobre Valor Agregado, substituindo impostos, como o ICMS e o IPI e outros, para combater a cumulatividade, simplificar a cobrança e acabar com a guerra fiscal. Mario Tinoco disse que Garotinho vai buscar uma solução de consenso para acabar com os incentivos fiscais, ainda que seja necessário um período de transição. Para tomar as decisões sobre tributação, um eventual governo Garotinho teria um colegiado para regular os impostos e estabelecer critérios para o rateio. O objetivo último das medidas seria o de acabar com a concentração de renda e favorecer o crescimento econômico.

BIASOTTO CRITICA POSIÇÕES DO UNAFISCO



Geraldo Biasotto

O segundo a apresentar as propostas foi Geraldo Biasotto, assessor do candidato José Serra, do PSDB. Biasotto iniciou sua explanação frisando a necessidade de uma política tributária que atinja objetivos de longo prazo, para que não se mexa toda hora no sistema. Ele descreveu

sua visão sobre Justiça Fiscal, que é aquela que leve o Estado a sustentar a sociedade, com boa utilização do que é absorvido [em termos de recursos] na própria sociedade. Biasotto ressaltou que as condições melhoraram porque a economia está mais aberta. Sobre a incidência de impostos, Biasotto defende que seja “pouca na renda e muita em bens e serviços”. A candidatura do ex-ministro José Serra também defende uma “Máquina Tributária Forte”, que evite dispersão de responsabilidades (comentando atribuições) e com investimentos no aparelhamento dos recursos humanos. O assessor revelou que tem estudado muito a Reforma Tributária de 1966, que era “a favor do crescimento”. Segundo ele, “nos últimos 30 anos, perdemos isso: vamos atrás do caixa, solapando as condições de crescimento”.

Ao comentar a proposta de Mário Tinoco sobre um novo pacto federativo, Geraldo Biasotto disse ser necessário levar em conta as regiões metropolitanas como instâncias diversas dos Estados e Municípios, porque estas têm as suas particularidades. Ele frisou a heterogeneidade do país como uma das dificuldades para a concretização do pacto: “A contenda é de tal complexidade que estamos há 10 anos [no poder] e não o fizemos: é inadministrável. Inovar nessa área é no mínimo, incerto. Temos obrigações no campo social, como correspondência às contribuições”, numa referência às propostas de extingui-las. Para Biasotto, a Reforma Tributária vai ser um processo longo e ele acredita na necessidade de salvaguardas, como as que foram utilizadas na implantação da Lei Kandir, que compensou os esta-

com assessoria dos presidenciáveis

dos pelo fim do ICMS sobre produtos para exportação.

Sobre contrabando, a proposta de José Serra prevê o fortalecimento da presença da polícia federal nas fronteiras. “Não podemos pecar na aferição das mercadorias que entram e saem do país” — concluiu. O assessor discordou de algumas críticas formuladas pelo Unafisco. Segundo ele, a alíquota de 35% do Imposto de Renda de Pessoa Física “só vai pegar os servidores públicos”, porque na iniciativa privada o imposto não é cobrado como IRPF. “O contribuinte cria uma empresa para administrar a casa de campo”, afirmou, referindo-se a subterfúgios para fugir do imposto. Biasotto também defendeu a isenção das aplicações financeiras, do mesmo modo que defendeu a isenção dos juros sobre capital próprio: “é lançado como despesa, não tem que ser tributado” — disse ele.

MARIA EMÍLIA: ESTAMOS NO PIOR DOS MUNDOS

Maria Emília Miranda Pureza, economista que representou o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, abriu sua exposição com uma crítica de método. Disse que a política tributária do governo de Fernando Henrique



Maria Emília Pureza

Cardoso foi pensada a portas fechadas, por 5 ou 6 pessoas, e as propostas chegavam ao Congresso Nacional na forma de Medidas Provisórias “sem discussão, sem análise de impacto na sociedade, sem análise de impacto econômico, na forma de pacotes, que continham renúncias, aumentos, benefícios.” Segundo ela, que tem um diagnóstico parecido com o do Unafisco, essa política tributária levou a perda de competitividade, porque “esforço tributário tem limite”. E prosseguiu: “estamos no pior dos mundos. O imposto aumentou sobre os de sempre, com cumulatividade, e não reverteu em melhoria dos benefícios e serviços públicos”.

Maria Emília fez um discurso duro em relação a algumas medidas adotadas pela administração da Receita. A economista disse que a dedução de juros sobre capital próprio é renúncia, é um benefício fiscal, mas nem consta da lista de benefícios concedidos pela Receita. Ela lembrou que a Receita lançou alguns pacotes sob encomenda, como foi o caso da dedução do ágio pago pelas empresas que venceram nas privatizações. Maria Emília disse que com o perdão de multas e juros, “o governo estimula o cometimento do ilícito fiscal, [porque] a percepção de risco ficou muito pequena. Os honestos se sentem burros, otários, porque o governo dificultou a fiscalização, concedeu anistias, extinguiu penalidades e dá tra-

tamento privilegiado ao que lá fora é considerado crime gravíssimo. Isso é um escárnio”.

Maria Emília prevê dificuldades para o próximo governo, que encontrará um quadro tributário de terra arrasada. As antecipações de receita e o recebimento dos atrasados não se repetirão no próximo ano. Segundo Emília, o dilema equidade e eficiência tem que ser tratado. As propostas da candidatura Lula prevêem, em um primeiro momento, alterações na legislação infraconstitucional em busca da equidade. Para isso, ainda segundo Maria Emília, será preciso enfrentar os fortes interesses que se beneficiam do atual sistema. Ela cita o IRPJ e os bancos, onde se abriram mais brechas para a sonegação e a exploração da base patrimonial. “Temos que recuperar estas bases” — afirma, “bem como aproveitar a parte boa da atual gestão, como a CPMF, criada no atual governo, sendo que para fins de fiscalização, com alíquota simbólica”. Maria Emília lembrou que existe uma PEC de Reforma Tributária que já está em discussão no Congresso e que pode ser aproveitada em novas bases. “Os Auditores-Fiscais precisam voltar a se envolver na formulação de propostas, vamos divulgar todos os dados que estiverem disponíveis pela Receita, exceto os que estão sob sigilo tributário, porque sem isso ninguém faz estudos consistentes. Temos que ter transparência. Queremos recuperar a boa técnica tributária” — finalizou Maria Emília.

ANDRÉ MARTINS ATACA CANDIDATO DO GOVERNO

O advogado tributarista André Martins, assessor do candidato Ciro Gomes (PPS), arrancou aplausos do público presente ao criticar José Serra. Eloquentemente, esquentou o debate com críticas ácidas ao sistema e ao “candidato do governo”, expressão que Ciro usa com frequência para referir-se a José Serra. “Quem tem dinheiro não quer a reforma tributária no país” — afirmou, entrando de sola. Ele exibiu uma transparência onde aparecia a relação entre a incidência de impostos de 70% nos preços e salários e de apenas 30% no capital e na propriedade. “É um reflexo do modelo econômico” — arrematou, para em seguida referir-se a um artigo de sua autoria na época em que o governo anunciou como ajuste fiscal o aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%. “Que criatividade. Como é fácil governar. Aquela mini-reforma foi crime de lesa-pátria”.

Na primeira parte de sua exposição, André procurou mostrar porque é oposição ao atual governo. “Ele [FHC] não quis a reforma tributária e bota a culpa no Congresso. Das 38 Emendas Constitucionais aprovadas desde 1988, 34 foram na sua gestão” — alegou. Diz



André Martins

que o governo foi vítima de modismos, como o fim da cumulatividade e a desoneração das exportações. “Um sopro do câmbio como isso fácil” — declarou sobre esta última.

André Martins também criticou os candidatos que prometem gerar milhões de empregos apostando no aumento das exportações, porque isso não depende só de vontade. Posteriormente, o advogado fez uma rápida exposição da proposta de política tributária do candidato Ciro Gomes, lembrando que a proposta na íntegra encontra-se no site do candidato. Caso eleito, o ex-governador do Ceará implantará o Imposto sobre Valor Agregado, substituindo ICMS, IPI e abolirá o PIS e a COFINS. Ciro pretende criar o imposto sobre renda consumida e o imposto sobre renda de capital. Segundo a campanha desenvolvida pelo candidato, os objetivos seriam o de racionalizar o sistema e desonerar os salários e a produção. A longo prazo, André Martins diz que busca a inversão da relação apresentada no início da palestra, chegando a 30% de impostos sobre preços e salários e 70% sobre capital e propriedade. Para André, a melhor formulação tributária que ele já viu foi em Portugal, logo depois da Revolução dos Cravos. Estava escrito na parede: “Os ricos que paguem a crise”.

SEMINÁRIO REVELOU OS PLANOS DE CADA CANDIDATO

Após a apresentação inicial dos assessores, o público pôde fazer perguntas, que serviram para detalhar alguns pontos e para uma intensa troca de farpas entre os assessores de José Serra e Ciro Gomes, que chegaram a bater boca, repetindo as cenas de pugilismo verbal protagonizadas desde o início do horário eleitoral gratuito na TV e no Rádio. As candidaturas de oposição marcaram muito bem a diferença em relação ao candidato José Serra, escolhido por Fernando Henrique Cardoso para ser o seu sucessor. A proposta de Ciro Gomes mostrou-se a mais inovadora, com alterações profundas em relação ao sistema atual. A política de Lula para a tributação, que não difere muito em termos substanciais do que foi apresentado por Garotinho, diferenciou-se na preocupação em reafirmar o caráter democrático de suas gestões, chamando os Auditores a compor as propostas a partir de novos e aprofundados estudos. Geraldo Biasotto merece toda a consideração por ter aceitado a dura missão de representar uma candidatura que, já se sabia, seria contestada com veemência. E ele defendeu com segurança e clareza inclusive teses contrárias aos anfitriões, o que demonstra que o interesse pelo debate tributário superou a necessidade de cabalar votos.

NOTA: A Assessoria de Comunicação da DS/RJ entregou uma pergunta por escrito para cada um dos assessores. As respostas já enviadas estão disponíveis em nosso site: www.unafisco-rj.org.br.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - DELEGACIA SINDICAL - RJ				
PERÍODO DE 01/05/2002 ATÉ 31/05/2002		BALANCETE DE VERIFICAÇÃO		
	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
ATIVO	554.702,64	430.755,10	436.906,17	548.551,57
ATIVO CIRCULANTE	205.485,87	427.573,38	436.906,17	196.153,08
DISPONIVEL	201.061,66	412.201,82	430.716,17	182.547,31
CAIXA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
BANCOS C/ MOVIMENTOS	16.050,26	324.834,49	327.856,17	13.028,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	200.378,73	70.000,00	102.000,00	168.378,73
CHEQUES EM TRANSITO	(17.367,33)	17.367,33	860,00	(860,00)
ANTECIPAÇÕES	4.424,21	15.371,56	6.190,00	13.605,77
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	740,00	1.500,00	540,00	1.700,00
ANTECIPAÇÃO DE FERIAS	0,01	525,47	0,00	525,48
ANTECIPAÇÃO DE DESPESAS	2.500,00	6.150,00	5.650,00	3.000,00
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	1.184,20	7.196,09	0,00	8.380,29
ATIVO PERMANENTE	349.216,77	3.181,72	0,00	352.398,49
IMOBILIZADO	349.216,77	3.181,72	0,00	352.398,49
IMOBILIZADO	349.216,77	3.172,72	0,00	352.398,49
PASSIVO	481.387,62	159.152,91	159.221,23	481.455,94
PASSIVO CIRCULANTE	9.179,41	159.152,91	159.221,23	9.247,73
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	4.368,30	32.700,93	33.144,39	4.811,76
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	4.368,30	32.700,93	33.144,39	4.811,76
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.811,11	126.451,98	126.076,84	4.435,97
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.811,11	126.451,98	126.076,84	4.435,97
PATRIMONIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
PATRIMONIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
SUPERAVIT	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
DESPESAS	327.090,58	98.648,49	474,00	425.265,07
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	322.092,97	97.307,92	474,00	418.926,89
EVENTOS	32.576,06	13.567,10	0,00	46.143,16
CDS	1.164,57	0,00	0,00	1.164,57
COMISSÃO NAC. MOBILIZ. / COMANDO NACIONAL	9.194,35	11.186,02	0,00	20.380,37
OUTROS EVENTOS	22.217,44	2.381,00	0,00	24.598,22
DESPESAS DEPTO JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	25.079,93	6.944,46	0,00	32.024,39
DESPESAS GERAIS - JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	25.079,93	6.944,46	0,00	32.024,39
DESPESAS DO DEPTO. JURÍDICO	32.232,09	10.389,19	0,00	42.621,28
DESPESAS SOCIAIS - JURIDICO	31.853,19	10.389,19	0,00	42.242,38
DESPESAS GERAIS - JURIDICO	378,90	0,00	0,00	378,90
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	229.170,39	64.964,17	474,00	293.660,56
DESPESAS SOCIAIS - ADMINISTRAÇÃO	155.979,44	44.191,97	474,00	199.697,41
DESPESAS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO	73.190,95	20.772,20	0,00	93.963,15
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	3.034,50	1.443,00	0,00	4.477,50
DESPESAS FINANCEIRAS	4.806,79	1.340,57	0,00	6.147,36
DESPESAS FINANCEIRAS	4.806,79	1.340,57	0,00	6.147,36
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	190,82	0,00	0,00	190,82
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	190,82	0,00	0,00	190,82
RECEITAS	400.405,60	7.109,55	99.064,65	492.360,70
RECEITAS DE ATIV.DOS ESTATUTOS SOCIAIS	395.642,95	0,00	92.079,65	487.722,60
RECEITAS DE ASSOCIADOS	371.229,94	0,00	87.497,15	458.727,09
RECEITAS FINANCEIRAS	7.836,51	0,00	0,00	7.836,51
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	16.576,50	0,00	4.582,50	21.159,00
RECEITAS DE ATIVIDADES NAO SOCIAIS	27.174,14	0,00	6.985,00	34.159,14
RECEITAS EXTRAORDINARIAS	27.174,14	0,00	6.985,00	34.159,14
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(22.411,49)	7.109,55	0,00	(29.521,04)
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(22.411,49)	7.109,55	0,00	(29.521,04)

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 – SUPERÁVIT ACUMULADO: a conta apresenta no período de um saldo de R\$ 67.095,63.
- 2 – OUTRAS OBRIGAÇÕES: o saldo refere-se à mensalidade Golden Cross, cobrada indevidamente de alguns associados e que até a data não compareceram à Delegacia Sindical/RJ para receber.
- 3 – (-) DEDUÇÃO DE RECEITAS: o saldo do grupo refere-se ao valor consignado em folha de pagamento dos AFRF contribuintes da Campanha UNAFISCO COMBATE À FOME e repassado ao Projeto Estrelas do Amanhã.

RECADASTRAMENTO

O Unafisco Sindical no Rio de Janeiro está fazendo um recadastramento de seus associados. Junto com esta edição do Agente Fiscal você encontra uma Carta-Resposta para preenchimento que deverá ser postada em qualquer agência dos Correios ou entregue no próprio sindicato ou ainda através do FAX (21) 2220.6782. A atuali-

zação do endereço e, principalmente, da lotação de cada Auditor é importante para a organização da DS/RJ. Caso o associado prefira receber suas correspondência apenas por email, não deixe de preencher o campo correspondente. Nesta hipótese apenas o *Agente Fiscal* continuará sendo enviado pelos Correios.

Próxima legislatura será decisiva

Além do novo presidente e dos governadores de estado, este ano vamos votar em dois senadores, um deputado federal e um deputado estadual. A tarefa não é fácil. Há que se definir por tema, pela história e pela geografia, confiabilidade, ideologia, experiência etc. Há dezenas de partidos políticos. E com tantos problemas... candidatos defendem o meio ambiente, a mulher, o negro, a moradia, a terra, os serviços públicos, os direitos humanos, o emprego, e são eles economistas, atletas, jornalistas, metalúrgicos, sindicalistas, advo-

gados, artistas.

Os parlamentares fluminenses que elegermos em outubro estarão lá cuidando de assuntos como a Reforma da Previdência — incluindo as velhas tentativas de privatização do sistema e a contribuição dos inativos —, a Reforma Tributária — tema diretamente ligado ao desenvolvimento econômico, distribuição de renda e justiça social —, o Acordo da Base de Alcântara, a adesão do Brasil à ALCA e tantas outras matérias decisivas para o país.

Neste momento, tramita no Senado pro-

jeto — já aprovado na Câmara — que retira direitos dos trabalhadores celetistas, entre outras coisas, a licença-maternidade e o décimo-terceiro. Em votações passadas, os servidores públicos perderam a estabilidade, o anuênio, a licença-prêmio e outros benefícios. Quem sabe quais deputados foram contra ou a favor destas medidas? Quais foram os deputados que silenciaram diante do congelamento dos salários? No futuro, a sociedade precisa encontrar formas atualizadas de acompanhar a plataforma dos candidatos.

Trabalho Parlamentar: a importância de conhecer bem o Congresso

Os Auditores-Fiscais da Receita Federal fizeram este ano um curso intensivo de Trabalho Parlamentar. Desde abril, a categoria freqüente com assiduidade inédita a capital federal para conversar com deputados e senadores sobre a tramitação de diversas matérias. Graças a esta aproximação, os Auditores escaparam — até o momento — das armadilhas embutidas nas MPs 38/02 e MP46/02 (reedição da MP 2.175/29 e da MP 1.915/99) que poderiam por abaixo as prerrogativas funcionais da carreira. E ainda há a MP 66/02.

As Caravanas ajudaram os auditores a conhecer melhor o funcionamento, e os bastidores, da tramitação das leis, algo que todos os brasileiros deveriam ter a oportunidade de acompanhar ao menos uma vez na

vida. Isso aumentaria muito as chances de elevar a qualidade do voto. Para estes Auditores, a distância encolheu, facilitando o estabelecimento de juízos de valor para além do senso comum ou das informações intermediadas pelos meios de comunicação. Pode-se ver, por exemplo, que mesmo dentro dos partidos que apoiaram o governo de Fernando Henrique Cardoso, há bons parlamentares, que estiveram inclusive ao lado dos Auditores-Fiscais da Receita Federal na resistência às arbitrariedades cometidas pela administração. Mas não há dúvidas de que os principais aliados dos Auditores integram os partidos de oposição ao atual governo, que, francamente, não favoreceu nem a política tributária nem a fiscalização aduaneira em nosso país.

O Patinho Feio das eleições

A eleição para o Poder Legislativo vive uma fase de baixíssimo prestígio, relegada ao segundo plano. A falta de interesse da imprensa em noticiar os acontecimentos das campanhas dos candidatos para estes cargos é nítida, e talvez seja uma das razões das deficiências da representação do povo brasileiro naquelas casas. A constatação é péssima para a democracia brasileira que, apesar de ser presidencialista, deposita dose substancial de responsabilidade nos Senadores, Deputados e Vereadores.

A campanha eleitoral, da forma como está concebida, não favorece a renovação, que não deve chegar a 50%. A exposição pisca-pisca na TV e os galhardetes que inundam a cidade contribuem apenas para que se saiba que *fulano de tal* é candidato. Os eleitores não ficam sabendo de fato o que fizeram os parlamenta-

res que ajudaram a eleger. Mesmo quando há propaganda negativa, os efeitos são limitados. Políticos que se envolveram em ações suspeitas ou apoiaram medidas nocivas ao país conseguem manter-se na crista da onda, apresentam-se como futuros salvadores da pátria e acumulam milhares de votos.

Ao contrário de desestimular, estas afirmações devem lançar os eleitores mais esclarecidos numa grande jornada para aprofundar a discussão em busca de uma nova fórmula para escolher seus representantes. O Unafisco Sindical/RJ realizou este ano uma série de Encontros Políticos com candidatos ao Senado, à Câmara dos Deputados e à Assembléia Legislativa. Dialeleticamente, a nova configuração do Congresso Nacional será possível apenas com uma nova configuração de eleitor. Enquanto isso, a gente paga o pato.

Notícias do amanhã

Projeto depende de apoio para crescer

O Projeto Estrelas do Amanhã está em busca de novos contribuintes. Atualmente, com a inclusão de novos serviços, a contabilidade está negativa em cerca de R\$ 2.000,00 por mês. O aumento da despesa é fruto da necessidade de apoio à formação das educadoras da comunidade, da contratação de uma fonoaudióloga e de uma professora de canto — uma avaliação constatou a necessidade em 17 crianças com problemas graves na fala. Circunstancialmente, o déficit está coberto com a utilização do Fundo de Reserva constituído no período inicial da implantação do projeto. No entanto, os recursos são finitos, tornando-se uma questão de tempo a suspensão do tratamento.

Outra dificuldade que o Estrelas do Amanhã vem enfrentando é com relação a sua sede. O espaço é suficiente para o atendimento das crianças, mas é pequeno para abrigar o desenvolvimento integral do projeto, que prevê o envolvimento dos jovens e das famílias. Uma avaliação pedagógica indicou a necessidade de acompanhar as crianças por mais tempo e de trazer as famílias para as atividades, como forma de ampliar os laços com o Estrelas do Amanhã e de ajudar os jovens a superar a turbulenta travessia da adolescência. Estas novas atividades deveriam incluir preparação para o mercado de trabalho para os jovens e programas de geração de renda para as famílias. A equipe do projeto está buscando parcerias para a aquisição de um imóvel nas proximidades do Morro do Querosene. Os Auditores-Fiscais que conheçam instituições ou empresas que possam patrocinar a compra do imóvel devem entrar em contato com a equipe do Estrelas do Amanhã para envio das propostas.

Processos das Delegacias da Receita Federal de Julgamento vão passear de novo

No ano de 2000, a administração da Receita Federal encontrou uma saída para os processos fiscais pendentes de julgamento: a porta. Foi a alternativa vislumbrada diante da impossibilidade, por falta de pessoal e de condições materiais, do julgamento aqui no Rio de Janeiro. Os processos de Contribuições Sociais foram encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ) de Curitiba; os de Comércio Exterior foram para Florianópolis, os de Imposto Territorial Rural (ITR) foram para Recife. Sobre estes não se tem notícias. No entanto, os processos que tratam do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), que foram para a DRJ de Fortaleza, permaneceram lá por aproximadamente 01 ano sem que nenhum deles recebesse qualquer despacho ou decisão durante a estada, comprovando, de forma patente, que aquela decisão fora

equivocada, pois também aquela DRJ enfrenta sérios problemas com a falta de pessoal. Posteriormente, com a reestruturação da Receita Federal, foram criadas as DRJ 1 e DRJ 2, dentro da nova concepção de julgamento colegiado. O objetivo da reformulação, dentre outros, foi o de imprimir celeridade aos julgamentos. Nesta ocasião foi promovido o retorno dos processos de IRPF, que estavam em Fortaleza, para a DRJ 2, criada especificamente para tratar daquele tipo de processo e de Contribuições Sociais.

DE COSTAS PARA A SOLUÇÃO

Através da Portaria SRF 1.033 de 27 de agosto de 2002 a administração da Receita Federal resolveu mais uma vez transferir a competência de julgamento de determinados processos administrativos-fiscais das DRJ 1 e 2 para outras localidades com a

mesma justificativa: diante da impossibilidade, por falta de pessoal e de material, para proceder aos julgamentos aqui no Rio de Janeiro: rua. O roteiro inclui Recife, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte e Juiz de Fora. Note-se que para os processos de pessoa física a “alta cúpula” adota, menos de dois anos depois, a mesma providência que já se revelara absolutamente inócua.

SOLUÇÃO: CONCURSO OU REMOÇÃO

A solução natural para resolver a falta de pessoal seria fazer um concurso para aumentar o contingente de AFRF nas DRJ. A curto prazo, a administração poderia realizar concursos de remoção e trazer mais fiscais para o Rio de Janeiro, enfrentando a demanda. O Rio é justamente um dos locais de maior procura dos fiscais que desejam sair das fronteiras ou mesmo das localidades que agora recebem os processos. Vários AFRF se dispõem a radicar-se na cidade. “Para todo problema complexo existe uma solução simples e errada”, costuma dizer o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. A transferência de processo para outras localidades é uma delas. Outra é, por não dispor de pessoal e material, acabar com a necessidade de se abrir processo para requerer ressarcimento e compensação de tributos de espécies diferentes. Disso, o próximo Agente Fiscal tratará.

Prejuízos para o contribuinte e para a SRF

Ao recorrer novamente ao expediente mal-sucedido, a administração da Receita causa mais transtornos ao contribuinte: no caso de uma intimação, por exemplo, ele tem dificuldade de instruir melhor o processo e de pedir vista, o que pode ser encarado como cerceamento do direito de defesa; a morosidade acarreta maiores ônus por causa dos juros (taxa SELIC), em caso de derrota; e, nos casos em que

tem razão, ele não tem como reclamar da lentidão do andamento, exceto fazendo ligações interurbanas, o que desacredita a instituição.

Os prejuízos também atingem a própria Receita, que demora a receber os créditos a que tem direito em caso de vitória e arca com os custos de remessa de processos e correspondência. Afinal, quem ganha com a Portaria nº 1.033/2002 da SRF?

Espaço do associado

Ano de eleições

É ano de eleições, de campanha eleitoral. Muito se ouve a respeito, coisas que saem da cabeça dos marqueteiros e outras que saem da boca do povo. Só que os primeiros falam para ganhar dinheiro e o povo, se não tem uma ideologia formada, apenas repete o que capta das revistas da moda ou, o que é pior, da televisão. Seja qual for a opinião, esta deveria ser embasada em melhores fontes: livros, por exemplo. Livros escritos por pessoas que pesquisaram, estudaram, levantaram fatos no tempo e no espaço e se deram ao trabalho de passar o conhecimento à frente.

Quando surgiu no Brasil a idéia neoliberal, com suas palavras de ordem, como Reengenharia, Terceirização, Privatização e Globalização, eu ainda trabalhava, e muito discuti com alguns colegas, nas nossas horas de folga, sobre o assunto. Para mim, aqui na América Latina, reengenharia soava como demissões; terceirização soava como privilegiar uma empreiteira pagando-lhe um alto preço, para que esta nada fizesse além de (re)terceirizar o serviço para alguém mal habilitado, sem registro trabalhista, por preço irrisório; privatização soava como conchavo, venda espúria, entreguismo, e globalização soava como benefício para os países industrializados e total prejuízo para os outros. Para mim, tudo isso, vindo do Hemisfério Norte, tinha, sob a capa do modernismo, apenas mais uma forma de explo-

ração e de domínio. Os argumentos contrários eram de que “as empresas precisam ser enxugadas, devem trabalhar apenas na sua atividade fim”, “o Estado não é empresário”, “o Brasil precisa se inserir no mercado mundial”, etc... Eu, é evidente, tinha idéias retrógradas, como as dos políticos em que eu votava. Eram idéias marxistas, completamente obsoletas. Afinal, estávamos entrando na modernidade. Falar em perdas internacionais era motivo de chacota.

Alguns anos depois eu pergunto: quem ganhou com esse “novo” Brasil? (...) Os políticos profissionais, os banqueiros (Ah os banqueiros!), os detentores de grandes fortunas, as multinacionais, e alguns ingênuos, que pensam que estão muito bem. Na verdade, o grande perdedor foi o povo brasileiro, esse mesmo povo que há dez anos defendia esse sistema.

O que nós vemos, na verdade, é desemprego, empobrecimento violento, muita gente trabalhando informalmente, sem previdência social, com a perspectiva de uma velhice indigente. Enorme concentração de renda (embora o Governo afirme o contrário). Desesperança, temor, preocupação da classe média quanto ao futuro das suas economias, dos seus empregos, dos seus salários, da sua velhice. Sem falar nas facilidades abertas para a sonegação, para o contrabando de armas, de drogas e tudo o mais. Em situações rotineiras, a aceitação forçada de péssimos serviços prestados por conta do amado-

rismo e do desinteresse dos terceirizados, incluindo sustos no transporte aéreo e até acidentes fatais. E todo o ônus que a sociedade paga por tudo isso. E muito mais.

Esse caos social interessa aos grandes poderes internacionais. Os mesmos que nos espoliam há séculos. Quanto mais vulneráveis, mais dependentes somos. Nossos homens públicos que pactuam com essa subserviência participam, esses sim, da mais velha e retrógrada forma política, a imperialista. Neste momento temos mais uma ameaça rondando nossa área: a ALCA. Resistir é preciso.

(...)

No Brasil, só não estamos (ainda?) com “tudo de fora” porque, felizmente, temos resistência no Congresso, e é para esses políticos que devemos nos voltar agora. Eles existem em todos os partidos políticos, é só procurar.

É evidente que não podemos esperar milagres de nenhum deles. Creio mesmo na existência de governantes que assinaram acordos internacionais danosos aos nossos interesses, contra seus próprios valores, por não terem alternativa. A situação não é fácil para eles também. No entanto, precisamos dar força aos políticos que pactuam com o povo e com a nação brasileira, e não com potências estrangeiras. Vamos manter os olhos abertos antes que seja tarde demais.

Vera Lucia Lameiro-AFRF/RJ - aposentada.